

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.261 - SP (2019/0302259-6)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : RAUL CARVALHO NIN FERREIRA - SP267262
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JULIAN CHAIA LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. ART. 157, § 2º, I E II, DO CP. DOSIMETRIA. AUMENTO DE 3/8 NA TERCEIRA FASE. CRITÉRIO ARITMÉTICO. SÚMULA 443/STJ. MANIFESTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL. Ordem concedida liminarmente.

DECISÃO

No Processo n. 0077555-84.2016.8.26.0050, o Juízo de Direito da 3ª Vara da comarca de Ferraz de Vasconcelos/SP condenou **Julian Chaia Lima** por incurso no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, à pena de 8 anos e 7 dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais 23 dias-multa.

A Sétima Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo deu parcial provimento à apelação interposta pela defesa para reduzir o aumento procedido na primeira fase a 1/6, ficando a pena final estabelecida em 7 anos, 5 meses e 25 dias de reclusão, mais 16 dias-multa.

Sobreveio o presente *habeas corpus*, em que a Defensoria Pública aponta constrangimento ilegal decorrente da falta de motivação idônea para o aumento na terceira fase em patamar superior a 1/3.

Pretende, assim, a reforma do cálculo da reprimenda, a fim de que a fração de aumento pelo concurso de majorantes seja fixada no mínimo legal.

É o relatório.

Da análise dos autos, verifico a existência de nítido constrangimento ilegal a ser sanado, o que autoriza a concessão da ordem *in limine*.

Superior Tribunal de Justiça

Isso porque as instâncias ordinárias, na terceira fase da dosimetria, aumentaram a pena em 3/8 tão somente em razão do número de majorantes, o que não configura fundamentação idônea, e contraria a jurisprudência deste Superior Tribunal, sintetizada na Súmula 443/STJ, *in verbis*: *O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.*

Quer dizer, no caso, há que se fazer pequeno reparo na dosimetria, a fim de se aplicar, na terceira fase, a fração mínima de 1/3, ficando a pena do paciente definitivamente estabelecida em 7 anos, 3 meses e 3 dias de reclusão, mais 16 dias-multa.

À vista do exposto, **concedo liminarmente** a ordem para reduzir ao mínimo legal (1/3) o aumento da reprimenda procedido na terceira etapa da dosimetria, ficando a pena do paciente estabelecida em 7 anos, 3 meses e 3 dias de reclusão, mais 16 dias-multa (Processo n. 0077555-84.2016.8.26.0050, da 3ª Vara da comarca de Ferraz de Vasconcelos/SP).

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator